

O ESTADO DA ARTE SOBRE A GRAVIDEZ NA ADOLESCENCIA

Alana Almeida de Oliveira ¹

Camila Sopko ²

RESUMO

A infância pode ser definida como uma fase entre a infância e a vida adulta fortemente ligada a estereótipos e estigmas, marcada como um período de conflitos e especificidades vinculadas à maturação da sexualidade. A introdução a atividade sexual precoce pode gerar grandes consequências para o adolescente, dentre delas a gravidez indesejada. Na adolescência, essa situação é ainda mais agravante, uma vez que os adolescentes são obrigados a amadurecerem precocemente e necessitam passar mais rapidamente para a vida adulta, mesmo que não estejam fisicamente e psicologicamente preparados. Este estudo teve como objetivo geral quantificar as pesquisas sobre adolescentes gestantes na plataforma científica Scielo entre os anos 2017 e 2022. Sendo assim, este estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica onde foi realizado um estado da arte, a fim de quantificar o número de pesquisas feitas sobre a temática.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescente. Gravidez. Precoce. Riscos.

THE STATE OF THE ART ON PREGNANCY IN ADOLESCENCE

ABSTRACT

Childhood can be defined as a phase between childhood and adulthood strongly linked to stereotypes and stereotypes, marked as a period of conflict and specification linked to the maturation of sexuality. The introduction of early sexual activity can generate major consequences for the teenager, including unwanted pregnancy. In adolescence, this situation is even more serious, as teenagers are forced to mature early and need to move more quickly to becoming an adult, even if they are not physically and psychologically prepared. This study aimed to quantify research on pregnant adolescents on the scientific platform Scielo between the years 2017 and 2022. Therefore, this study is about a bibliographical research where a state of the art was carried out, in order to increase the number of feitas researches on the subject.

KEYWORDS: Teenager. Pregnancy. Precocious. Risks

¹ Acadêmica do 8º Período do Curso de Serviço Social do Centro Universitário Santa Amélia -Unisecal. E-mail: almeidaoliveiralaninha@outlook.com

² Professora Orientadora do Curso de Serviço Social do Centro Universitário Santa Amélia – Unisecal. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas. E-mail: camila.sopko@gmail.com

1 – INTRODUÇÃO

A gravidez é um período de transição biológica marcada por diversas transformações metabólicas complexas, acompanhada da necessidade de algumas adaptações e muitas mudanças em seu cotidiano. Quando a gravidez ocorre na adolescência ela se torna ainda mais grave, pois traz uma sobrecarga de necessidades fisiológica, psicológicas e sociais, resultando em diversos acontecimentos negativos para o bom desenvolvimento do adolescente e conseqüentemente para a criança (ARAÚJO, 2013).

É importante mencionar que o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 2º afirma que: Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquele entre doze e dezoito anos de idade.

No Brasil, segundo pesquisas realizadas pelo Ministério da Saúde, dos 03 milhões de nascidos vivos no ano de 2015, 18% eram filhos de mães adolescentes. Fator esse que especialistas consideram como sendo um problema de saúde pública, visto que as conseqüências negativas de uma gravidez na adolescência irão refletir nos pais adolescentes e na criança.

Quando adolescência e gravidez ocorrem juntas, podem acarretar sérias conseqüências para todos os familiares, mas principalmente para os adolescentes envolvidos, pois envolvem crises e conflitos. O que acontece é que esses jovens não estão preparados para assumir tamanha responsabilidade, fazendo com que muitos adolescentes saiam de casa, cometam abortos, deixem os estudos ou abandonem as crianças, pois muitas das vezes não sabem como reagir perante a nova realidade (BELO; SILVA, 2004).

Dentro da problematização encontrada no momento da pesquisa, pauta-se na seguinte reflexão: Quais foram as pesquisas realizadas no cenário brasileiro na plataforma Scielo entre os anos de 2017 a 2022 sobre a temática gravidez na adolescência?

Desta forma, essa pesquisa tem como objetivo geral: quantificar o número de pesquisas realizadas na plataforma Scielo nos anos de 2017 a 2022, e como objetivos específicos: 1) Descrever o conceito de adolescência; 2) Apontar os riscos da gravidez na adolescência; 3) Apontar os direitos que as mães adolescentes e gestantes possuem de acordo com o ECA; 4) Quantificar as principais pesquisas realizadas sobre a temática na plataforma Scielo.

Justifica-se a escolha dessa temática pela importância de compreender os direitos das gestantes adolescentes de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como os riscos que uma gravidez precoce provoca ao corpo. Tem como finalidade proporcionar informações seguras.

Considerando que a gravidez precoce representa um fator de risco a mãe e ao feto, este trabalho será de muita valia, pois tem a finalidade de proporcionar conhecimento para a formação do acadêmico envolvido e para futuros alunos que necessitem de uma fonte de pesquisa na temática abordada.

Deste modo, este trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica onde foi realizado um estado da arte, a fim de quantificar o número de pesquisas feitas sobre a temática. Conforme explica Santos (2020) o estado da arte é uma metodologia que quantifica o número de pesquisas acadêmicas dentro do cenário brasileiro. Essa revisão busca identificar que teorias estão sendo construídas, quais procedimentos de pesquisa são empregados para essa construção, o que não está em discussão e precisa ser trabalhado, que referenciais teóricos se utilizam para embasar as pesquisas e qual sua contribuição científica e social. Portanto, o objetivo ao utilizar esse método é fazer um levantamento, mapeamento e análise do que se produz considerando áreas de conhecimento, períodos cronológicos, espaços, formas e condições de produção (FERREIRA, 2002; ROMANOWSKI e ENS, 2006).

2 – REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITO DE ADOLESCÊNCIA

A ideia de adolescência surge no século XVIII com Rousseau em sua obra Emílio, de acordo com o autor, essa fase é marcada por um período de modificações, um segundo nascimento em direção à autonomia da vida adulta (BASMAGE, 2010).

Segundo Ribeiro (2011), Stanley Hall no século XX, foi o primeiro psicólogo a destacar o período evolutivo da adolescência. Considerava a adolescência como um período em que o indivíduo passava por um novo nascimento. Nessa fase ocorriam mudanças de origem biológica, a maturação sexual, mudanças definiriam uma nova personalidade. Ribeiro (2011) acrescenta que a adolescência é um “período de tempestade e tensão, caracterizado por anomalias de comportamento que se modificavam à medida que o indivíduo alcançava a maturidade sexual”. Contudo de acordo com Ferreira e Nelas (2006, p.13):

Décadas de investigação empírica não conseguiram documentar a existência de elementos que comprove exatamente o que é este fenômeno, sendo a adolescência entendida atualmente como um período de mudanças maior em todas as áreas de funcionamento do adolescente, um período de tempo que implica perdas e ganhos, que envolve a flutuação e o estabelecimento de novas maneiras de pertencer, e que envolve a aceitação de uma imagem do corpo em mudança, como resultado do início da puberdade.

Sendo assim, entende-se neste contexto que a adolescência é uma fase ou um período de desenvolvimento marcado por várias e significativas mudanças de caráter físico, cognitivo e social entre a infância e a vida adulta.

A adolescência é considerada por alguns autores de acordo com Ribeiro (2011), um período em que “os “jovens”, após momentos de maturação diversificados, constroem a sua identidade, os seus pontos de referência, escolhem o seu caminho profissional e o seu projeto de vida”.

A adolescência segundo Eisenstein (2005, p.06) é:

O período de transição entre a infância e a vida adulta, caracterizado pelos impulsos do desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual e social e pelos esforços do indivíduo em alcançar os objetivos relacionados às expectativas culturais da sociedade em que vive. A adolescência se inicia com as mudanças corporais da puberdade e termina quando o indivíduo consolida seu crescimento e sua personalidade, obtendo progressivamente sua independência econômica, além da integração em seu grupo social.

Tanto a adolescência quanto a juventude não tem uma definição precisa, trata-se de um período entre a infância e a vida adulta. O fato é que não existe um critério que defina essa fase. Esse conflito que cerca a adolescência é devido ao fato de não ser uma fase natural do desenvolvimento humano, mas um condicionante da estrutura social e econômica, ou seja, não existe a adolescência e sim adolescentes e “mesmo em nossa sociedade o período da adolescência não é igual para todos os jovens”. (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2001).

2.2 OS RISCOS DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

De acordo com Ribeiro (2011), a gravidez na adolescência tem sido apontada como um problema de saúde pública, ela gera sérias implicações biológicas, familiares, emocionais e econômicas, além disso, resulta em uma limitação ou até mesmo um adiamento de possibilidades para o futuro destes jovens. Este problema preocupa principalmente os profissionais da área da saúde.

Squizatto (2013, p.15) afirma sobre a adolescência:

Nesse processo de desenvolvimento, são estabelecidos aos adolescentes, normas, valores e comportamentos arraigados na sociedade e que são considerados adequados ao meio social afim construam sua personalidade pautados nestes e, portanto, ao se tornar adulto não venha violara ordem social vigente.

Ou seja, a autora explica que a adolescência nada mais é que uma construção social, um momento de descobrimento e que este período poderá ser vivido de várias maneiras, começando pela distinção entre meninos e meninas, os fatores biológicos, o meio social que estão inseridos, questões econômicas e sociais.

A autora Squizatto (2013) explica que o fenômeno da gravidez é visto muita das vezes como algo natural, dependendo do meio social em que as adolescentes vivem, é preciso ressaltar a importância de se discutir a respeito, pois o acontecimento acarreta implicações negativas na vida dessas adolescentes.

Muitas são as questões enfrentadas por adolescentes grávidas: ausência de apoio da família, de reconhecimento de paternidade, a imposição de casamento pelos pais, entre outras. E ainda sofrem críticas por parte dos familiares dado às

pressões sociais envolvidas ou devido a problemas financeiros. [...]. Sendo assim, as repercussões da gravidez na vida dos adolescentes são diversas sendo determinado pelo contexto social no qual os mesmos estão inseridos, o que torna fundamental a efetividade da Política de Saúde do Adolescente (SQUIZZATTO, 2013, p. 18-19).

A gravidez na adolescência está associada a uma série de risco a saúde tanto da mãe e do bebê, alguns deles tem principal relação com a falta de preparo do corpo de uma adolescente. Os riscos mais graves são a prematuridade e baixo peso ao nascer, a mortalidade entre filhos de mães adolescentes é muito alto, representa cerca de 20% da mortalidade infantil (MOREIRA, 2010).

Conforme explica o autor acima, a gravidez na adolescência é algo que traz inúmeros riscos tanto para a mãe quanto para o recém nascido, deste modo, a gravidez na adolescência é algo que deveria ser evitado, visto que o corpo de uma adolescente ainda está em processo de desenvolvimento e não está preparado para enfrentar uma gestação.

De acordo com Bruno (2009):

“A adolescente não tem maturidade do sistema reprodutor, pois ele ainda não foi totalmente desenvolvido. Em geral, os riscos de uma gravidez na adolescência são o abortamento espontâneo, o parto prematuro e o desenvolvimento de hipertensão arterial. O grupo mais propenso a esse risco está na faixa etária de 11 a 15 anos”

Segundo Ribeiro (2011) alguns riscos mais comuns da gravidez na adolescência são: Pré-eclâmpsia e eclâmpsia; Parto prematuro; Bebê com baixo peso ou subnutrido; Complicações no parto, que pode levar a uma cesária; Infecção urinária ou vaginal; Aborto espontâneo; Alterações no desenvolvimento do bebê; Má formação fetal e Anemia.

Além dos riscos físicos a adolescente, também podem sofrer consequências psicológicas como a depressão pós-parto e rejeição ao bebê. Quando a adolescente apresentam peso igual ou inferior a 45 kg há maiores chances de gerar um bebê pequeno para a IG. Sendo a obesidade também um risco, pois tem maior probabilidade para apresentar diabetes e hipertensão arterial durante a gravidez (RIBEIRO, 2011)

O autor acima, explica que a gravidez na adolescência traz riscos físicos e psicológicos para a gestante e a depressão pós parto é um dos riscos mais comuns, esta fase causa na mulher muitas mudanças biológicas, e na maioria das vezes pode ser uma fase muito difícil, acompanhada de expectativas, medos e frustrações no desenvolvimento da função materna e nos ajustes da dinâmica familiar, tudo isso pode causar ansiedade, e todos esses sintomas contribuem para o desenvolvimento da depressão e para a rejeição do bebê.

Panicali (2006) explica que uma gestação na adolescência representa sérias complicações, tanto biológicas e familiares, quanto psicológicas e econômicas, pois impactam a vida da adolescente e da sociedade amplamente, adiando e limitando as oportunidades de desenvolvimento e engajamento destas jovens na sociedade. É uma interrupção em seu desenvolvimento, que pode determinar a perda de identidade, e consequentemente desestruturando os estudos, gerando a perda de confiança da família, perda do parceiro que por vezes não assume a gestação, além da perda de expectativas futuras, e, finalmente, a perda de proteção familiar.

O que o autor deseja expressar é que uma gravidez na adolescência é acompanhada de sintomas negativos para a mulher, vista que todo o processo da gestação e tudo aquilo que a gestante vivencia neste momento representa papel decisivo no período do pós-parto, comprometendo de forma negativa a saúde mental da adolescente.

A gravidez na adolescência também traz inúmeras consequências educacionais para a vida dos jovens, no contexto escolar a família dos adolescentes acabam optando pelo abandono dos estudos, por muita das vezes considerar que é impossível o jovem assumir seu papel de mãe e pai e ainda continuar estudando (BRUNO, 2009)

Ainda segundo o autor Bruno (2009) neste momento tão delicado e cheio de transformações é fundamental que o adolescente receba apoio a fim de mudar a sua percepção de vida, de pensamentos, de gestação e de futuro, minimizando os danos causados por uma gravidez precoce. O autor acrescenta a importância do acompanhamento e assistência no período gestacional e pós parto, visto que a ajuda

psicológica é capaz de diminuir os medos e inseguranças, servindo de motivação para que a adolescente e seus familiares compreendam que é possível continuar com os estudos, mantendo uma gestação saudável.

Santos (2006), explica que além de todos os danos citados anteriormente, não se pode ignorar que as adolescentes poderão passar por diversas complicações evitáveis da gravidez, parto ou puerpério, tais como adventos da hipertensão, hemorragias ou infecções. Indicadores que expõem a falta de acesso ao pré-natal de qualidade, planejamento familiar, somado à falta de informações, a necessidade de práticas educativas, exacerbam as possibilidades de risco e morte, baseados em uma múltipla causalidade, a qual é típica da gravidez na adolescência.

Assim, de acordo com Dias (2010), a complexidade das interferências em uma gestação precoce determina a necessidade de uma equipe de saúde que possua o conhecimento da problemática abordada, a fim de que intervenha positivamente nos aspectos críticos e prioritários da atenção básica à saúde neste grupo de risco.

De acordo com o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), por meio do Sistema Nacional de Nascidos Vivos (SINASC), referente a gravidez na adolescência, o Brasil apresentou um aumento nos últimos 20 anos de cerca de 37,2% do total de gestações, e no ano de 2020, a cada mil brasileiras entre 15 a 19 anos, 53 adolescentes tornaram-se mãe, o que gera um grande impacto no futuro das jovens (Brasil, 2021).

A gravidez na adolescência representa um grave problema de saúde pública, envolvendo mudanças não somente físicas, mas também psicológicas e socioeconômicas. Uma gestação nessa idade está relacionada a baixa autoestima, desvalorização perante a sociedade e família, baixas expectativas futuras, situações de estresse, sofrimento, que podem culminar em exposição maior a álcool e drogas, além de assistência pré-natal inadequada, que promoverá prejuízos na saúde materna e neonatal (BARRETO et al., 2011).

Na região do Paraná, mais precisamente na capital, Curitiba atingiu o menor percentual de gravidez na adolescência de toda a sua série histórica, de acordo com

dados da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) de Curitiba, divulgados desde 1998. Em 2021, apenas 6,6% das gestantes na capital paranaense eram adolescentes, já no Brasil, a média foi de 13,7% e no Paraná 11,1%, no último ano.

Em Curitiba, o percentual de gravidez na adolescência, chegou a bater quase 20% no final da década de 90, veio caindo gradualmente, ano a ano, a partir das políticas implementadas na cidade. Em 2016, antes do início da primeira gestão do prefeito Rafael Greca, esse indicador estava em 10,2%. Comparando 2016 a 2021, a redução deste percentual é de 35%.

Ribeiro et al., (2016) explica que o uso de preservativos entre os jovens de 15 a 19 frequentemente não se dá de forma consistente em todas as relações. Nesse sentido, a falta de informação adequada sobre o assunto pode ser resolvida com a educação sexual, que tem suma importância para evitar gravidez nessa faixa etária, pois só através disso os jovens desenvolveram um comportamento sexual responsável, respeitando o próximo, a igualdade e equidade de gênero, protegendo contra gravidez indesejada e prevenindo ISTs.

Um acolhimento ético a gestante adolescente, promovendo um ambiente favorável e seguro, ações intersetoriais e interdisciplinares de educação sexual para a prevenção da gravidez precoce, integração da família, escola e comunidade são papéis essenciais para a atuação do enfermeiro frente a esse problema de saúde pública (GLEDÊS et al., 2010).

Deste modo, Santos (2006) explica que a gravidez na adolescência precisa ser tratada de forma mais consistente principalmente na família, escola, e em todo âmbito social, adotando medidas a fim de contribuir na prevenção da gravidez precoce.

2.3 FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Para compreender algum dos fatores que contribuem para a gravidez na adolescência, é de suma importância conhecer um pouco sobre a situação da gravidez na adolescência no Brasil (BRASIL, 1996).

- I. Aproximadamente cerca de 27% dos partos realizados no Sistema Único de Saúde (SUS), no ano de 1999, eram de adolescentes com idades entre 10 e 19 anos, ou seja, esta porcentagem representa que a cada 100 partos, 27 foram em adolescentes, totalizando o número de 756.553, somente naquele ano;
- II. No ano de 1996 cerca de 10% das adolescentes, tinham pelo menos dois filhos aos 19 anos;
- III. Entre os anos de 1993 a 1999, houve um aumento de aproximadamente 30% do número de partos feitos no SUS em adolescentes que tinham entre 10 a 14 anos;
- IV. Cavasin (2004) afirma que a chance de haver mais gravidez entre adolescentes de 10 a 14 anos, é maior quando se trata de regiões e estados em que acontece a exploração sexual de adolescentes.

Who (2011) afirma que a gravidez na adolescência representa em todo o mundo, 11% dos partos anuais, ou seja, é um número significativo, visto que cerca de 16 milhões de recém nascidos são filhos de mães adolescentes entre 15 e 19 anos, o autor acrescenta ainda que uma em cada cinco meninas engravidam até os 18 anos. Metade de todos os partos ocorre nos países Bangladesh, Brasil, República Democrática do Congo, Etiópia, Índia, Nigéria e Estados Unidos.

A gravidez na adolescência traz inúmeros riscos e está associado com diversos fatores que contribuem para sua ocorrência, neste momento os adolescentes se deparam com uma situação complexa, que exige um grande amadurecimento visto que a maioria passa por dificuldades financeiras, desistem dos estudos, e muito dessas complicações influenciam na saúde pública (SILVA, 2010).

Conforme explica Melo e Coelho (2011 p. 2550)

O fenômeno da maternidade na adolescência é considerado, desde o final da década de 40 do século XX, um problema de saúde pública, intensificando e a partir da década de 60, marco histórico de mudanças socioculturais na vida das mulheres. Todavia, tais mudanças não foram acompanhadas por políticas públicas educacionais e de saúde direcionadas às necessidades originadas das

vivências sexuais, o que colaborou para o aumento da gravidez na adolescência.

Não se pode negar que a gravidez na adolescência desencadeia inúmeros riscos para a gestante e o bebê, todavia há alguns fatores que contribuem para a gravidez na adolescência, e um deles é a falta de informação, a ausência de educação sexual nas escolas, e a falta de saúde pública voltadas para esta temática.

Machado (2017) afirma que no Brasil é possível perceber que a maior ocorrência da gravidez na adolescência acontece na maioria das vezes em adolescentes que se encontram em uma condição financeira baixa, isso acontece por conta de vários fatores que podem estar associados entre si, o baixo grau ou a falta de escolaridade e o abandono escolar são considerados um dos principais fatores que contribuem para a gravidez na adolescência.

Albuquerque (2012) afirma que os fatores que contribuem para a gravidez na adolescência se dividem em três classes distintas: Biológicas; Psicológicas e Sociais. Segundo o autor o fator biológico está associado com o surgimento da maturação sexual, já o fator psicológico está associado com os comportamentos de risco, a imaturidade do processo cognitivo do jovem e adolescente, a necessidade de afeto e de ter alguém como companheiro, a independência em relação aos pais, dentre outros. E por fim, o fator social está ligado com as atitudes do jovem e do adolescente de negar o uso de métodos contraceptivos, falta de informação sobre o tema na sociedade, o fato da sexualidade não ser conversada e orientada abertamente por ser um tabu para a sociedade, a maneira que os pais conversam a respeito da educação sexual com seus filhos, conflitos familiares, negligência familiar, violência física e psicológica, abuso sexual são um dos fatores que contribuem para a gravidez na adolescência.

Mota (2016) explica que há um fator muito importante que está associado com a ocorrência da gravidez na adolescência, e deve ser levado em consideração, que são os conflitos familiares e a falta de comunicação entre os pais e os filhos. É notório que há inúmeros métodos para evitar uma gravidez não planejada e que o percentual de prevenção é 100%, todavia, ainda há muitas gravidezes que não são desejadas devido a falta de prevenção efetiva. É fundamental destacar que na maioria das vezes os

adolescentes optam por não fazer uso dos métodos contraceptivos de forma adequada, e isto ocorre pela falta de conhecimento a respeito da prevenção à gravidez e a própria negação do adolescente em não acreditar que há possibilidades de engravidar naquele momento.

Segundo Diniz e Koller (2012) é por inúmeros motivos que a gravidez na adolescência é considerada um problema de saúde pública, considerando que na maioria das vezes seu desenvolvimento se dá pela falta de planejamento familiar, escassez de conhecimento e a falta de educação sexual, que infelizmente são temas que ainda não estão presentes na sociedade como deveriam. Melo J, et al., (2015) acrescenta que há algumas medidas que podem ser adotadas a fim de diminuir a ocorrência de gravidezes na adolescência, uma dessas medidas é a promoção de diálogos entre os adolescentes, professores, profissionais da saúde e seus responsáveis, visto que este ato pode gerar um alerta e uma maior compreensão a respeito da vulnerabilidade e dos riscos relacionados à gravidez na adolescência.

Deste modo, nota-se que a gravidez na adolescência não deve ser encarada apenas como um fato isolado, considerando que ela trás inúmeros riscos a vida da gestante em diversos aspectos, é importante desenvolver políticas públicas com base em uma reflexão para compreender os motivos que levam jovens e adolescentes a engravidar tão cedo.

2.4 OS DIREITOS QUE AS MÃES ADOLESCENTES E GESTANTES POSSUEM DE ACORDO COM O ECA

A Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990, instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente, esta Lei surgiu em momentos democráticos de elaboração do artigo 227 da Constituição Federal de 1988, que perceberam a necessidade de proteger e assegurar os direitos das crianças e adolescentes e que graças a esta Lei hoje são sujeitos de direitos, são considerados pessoas em fase peculiar de desenvolvimento, e que possuem prioridade absoluta em vários âmbitos. A Lei do Estatuto da Criança e do

Adolescente tem como principal finalidade assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes, de forma exclusiva, e de forma mais ampla, definindo ações e procedimentos para manutenção e aprimoramento dos seus direitos, conforme dispõe o art. 3º do citado Estatuto, como segue:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem (BRASIL, 1990).

Dentre os princípios que regem o direito da criança e do adolescente, destacam-se: princípio do melhor interesse da criança e do adolescente; princípio da prioridade absoluta; princípio da municipalização; princípio da brevidade e princípio da convivência familiar. Na constituição está presente o artigo 4º do ECA, detalhando a norma da prioridade absoluta para facilitar sua aplicação, conforme a seguir:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude (BRASIL, 1990).

Liberati (1991) acrescenta que a criança e o adolescente, precisam de total apoio e proteção visto que, estão em fase de desenvolvimento e merecem a atenção especial dos familiares, da sociedade e do Poder Público, ficando este responsável por desenvolver condições e programas específicos que permitam seu nascimento e desenvolvimento de forma sadia e harmoniosa. O autor acrescenta que:

O respeito que se deve dar a manutenção da vida constitui-se apilastra central de toda a formação física e emocional da criança, O simples fato de ter sua

mãe ao seu lado, no leito de um hospital, a criança mostrará rápida recuperação de sua enfermidade, pois além da ciência, o amor desempenha importante papel terapêutico (LIBERATI, 1991, p. 7).

Na atualidade, a concepção sobre Direitos Reprodutivos não se limita apenas à proteção da simples reprodução. Os discursos atuais vêm defendendo-os como parte dos direitos humanos fundamentais para os indivíduos, para que estes se relacionem plenamente com o exercício da sua sexualidade, tendo como base uma perspectiva de igualdade e equidade nas relações sociais e pessoais (QUEIROZ, 2017).

No entanto, esses novos discursos que visibilizam a sexualidade enquanto direito são encontrados, geralmente, no campo da saúde e, por vezes, são restritas as questões da saúde sexual e reprodutiva numa esfera normativa. Na maioria das vezes apresenta um discurso preventivo que evidencia uma lógica biológica do cuidado da proteção contra as doenças sexualmente transmissíveis.

A partir do reconhecimento desses direitos, identificamos uma ausência no que diz respeito aos Direitos Reprodutivos dos/das adolescentes, visto que eles/elas possuem o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para viabilizar seus direitos na sociedade civil e ele é omissivo de artigos que tragam uma discussão sobre a sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos e sobre maternidade.

É possível encontrar nos artigos 227º da Constituição Federal e 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente as bases do Princípio da Proteção Integral que coloca a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, destinatários de absoluta prioridade, respeitando a condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, sendo disposta na lei a integralidade dos mesmos como direito fundamental à pessoa humana.

No que diz respeito à adolescência Padilha (2011), nos diz que é um dos momentos mais agitados da vida humana, sendo um período de contestação da sociedade, um período de conflito interior e de transformações no corpo, quando as estruturas cognitivas caminham rapidamente para a maturidade. Características como a busca pela independência dos pais e família; a aquisição de uma identidade própria e o estabelecimento de relações afetivas com pessoas da mesma idade, também pode ser reconhecida durante esta fase.

No entanto, é possível concordar com Ozella e Aguiar (2008) quando os autores reconhecem que “há um corpo se desenvolvendo que tem suas características próprias, mas nenhum elemento biológico ou fisiológico tem expressão direta na subjetividade. As características fisiológicas aparecem e são significadas pelos adultos e pela sociedade” (OZELLA, 2002 apud OZELLA; AGUIAR, 2008, p. 99). É comum ver que os adolescentes são, normalmente, tratados como sujeitos que não têm autonomia frente aos seus direitos e desejos nos campos da sexualidade e da reprodução.

Coimbra, Bocco e Nascimento (2005), nos chamam a atenção para a construção de uma “identidade adolescente” [...] “determinado jeito de ser e de estar no mundo”, (p. 6). As autoras nos alertam para a verdadeira compreensão dos discursos científico-racionalistas, que homogeneízam um determinado grupo, limitando-o e aprisionando-o a uma única identidade sem que seja respeitada a pluralidade e as diferenças.

Em geral, as políticas e os programas de saúde que apresentam propostas específicas para adolescentes desconsideram a multiplicidade entre eles/as e o aspecto da sexualidade, sem perceber que a sexualidade é parte do desenvolvimento humano (BRASIL, 2007).

A sexualidade é uma dimensão fundamental de todas as etapas da vida de homens e mulheres, envolvendo práticas e desejos relacionados à satisfação, à afetividade, ao prazer, aos sentimentos, ao exercício da liberdade e à saúde. A sexualidade humana é uma construção histórica, cultural e social, e se transforma conforme mudam as relações sociais. No entanto, em nossa sociedade, foi histórica e culturalmente limitada em suas possibilidades de vivência, devido a tabus, mitos, preconceitos, interdições e relações de poder (BRASIL, 2007, p. 13).

Segundo Moreira (2010) a sexualidade acontece através das aprendizagens e práticas vivenciadas em diversas situações, proporcionadas em diferentes momentos da vida no âmbito social e cultural, tendo como participantes desse processo constitutivo a família, a escola, a Igreja, as instituições legais e médicas. É componente da identidade do ser humano, sendo ela desenvolvida a partir das descobertas sexuais. “Encarar a sexualidade e reprodução de maneira positiva e como dimensão de saúde potencializa a autoestima e fortalece adolescentes e jovens enquanto sujeitos sociais” (BRASIL, 2007, p. 17).

Deste modo, nota-se que a gravidez na adolescência é um evento marcante na sociedade atual e que contribui significativamente com os números da evasão escolar em nosso país. Segundo Padilha (2011), as adolescentes grávidas chegam a abandonar a escola por falta de políticas públicas que garantam à adolescente mãe sua permanência. Ainda é ausente a prática efetivada licença maternidade, permitindo que as mães gozem do período de 120 (cento e vinte) dias em acompanhamento domiciliar, como previsto na lei.

O referido direito é apresentado na Constituição Federal Brasileira, em seu Art. 7º- São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: Inciso XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias. Dessa maneira, as adolescentes mães teriam o mesmo direito uma vez que exerçam atividades laborativas, no entanto, de acordo com Rodrigues e Ferreira (2008), a dificuldade na efetivação desse direito para com as adolescentes estaria no fato delas não terem vínculo empregatício, estando apenas em processo de escolarização.

Paratanto, a estudante mãe tem sim seu direito de afastamento por motivo de gestação resguardado de acordo com a Lei Federal nº 6.202, de 17 de abril de 1975, a qual regulamentou o regime de exercícios domiciliares, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro 1969. Este decreto-lei instituiu o chamado "regime de exceção", destinado às alunas com necessidade de tratamento excepcional, atribuindo a essas estudantes, como compensação da ausência às aulas, exercícios domiciliares com acompanhamento da respectiva escola. Por sua vez, a Lei nº 6.202/75 estendeu este regime às estudantes em fase de gestação, estabelecendo: Art.1º que a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses após o nascimento do bebê, a estudante ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei número 1.044, 21 de outubro de 1969.

Contudo, este decreto é alvo de críticas, visto que permite que a adolescente mãe tenha o acompanhamento domiciliar por apenas três meses após o nascimento do

seu filho, o equivalente ao prazo de 90 (noventa) dias e não de 120 (cento e vinte) dias como previsto na Constituição Federal (1988) (RODRIGUES, 2010).

Outro ponto relevante do contexto escolar estaria na falta de preparo dos profissionais de educação para assistir as adolescentes mães. Rohr e Schwengber (2013) discutem em sua pesquisa a cerca da necessidade de ampliar a formação continuada dos professores com os temas emergentes da sociedade. Uma melhor compreensão sobre as temáticas da sexualidade, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, entre alunos/as e professores/as, promoveria a ideia de vivências mais seguras e prazerosas dos/as adolescentes em relação a sua sexualidade. Dessa forma, de acordo com as novas demandas do nosso país, é visível a necessidade de elaboração de novas políticas públicas que incentive a permanência e/ou retorno das mães adolescentes à escola, garantindo a inserção social dessas adolescentes e evitando o “círculo vicioso” da maioria das mulheres brasileiras (PADILHA, 2011).

Padilha (2011) afirma que as mães das adolescentes possuem, em sua maioria, baixa escolaridade, pois abandonará seus estudos para cuidar dos filhos e, muitas vezes, trabalham para garantir a subsistência familiar. Dessa forma, pelo baixo índice de educação só conseguem ocupações com menores ganhos, conseqüentemente, suas filhas, adolescentes, provavelmente serão futuras mães trabalhadoras, reproduzindo este círculo vicioso da pobreza por inter-gerações.

Corroborando com a afirmação acima, Almeida (2008) explica que as diferenças sociais são marcantes no evento maternidade, reproduzindo “o ciclo da pobreza” (p. 33), e, por conseguinte a desigualdade de gênero, uma vez que em seus estudos a autora relata que os/as adolescentes menos escolarizadas e de renda social mais baixa são as que mais apresentam o evento gravidez na adolescência. A autora ainda afirma que, nas camadas economicamente privilegiadas, mesmo que ocorra o evento gravidez na adolescência, o mesmo não influencia, de imediato, na continuidade do processo de escolarização desse/a adolescente.

No entanto, o abandono dos estudos por esses/as adolescentes não ocorrem por um mesmo motivo para ambos os sexos. Os meninos apresentam a justificativa de se inserirem ao mercado de trabalho por conceber uma gravidez ou iniciar uma união conjugal tornando-se o provedor da nova família. Já para as meninas, é a gravidez a causa principal da evasão escolar (ALMEIDA, 2008). Isso nos chama a atenção para as questões de gênero, uma vez que em nossa sociedade continua cabendo as mulheres abandonar a escola, estando com elas à responsabilidade exclusiva do cuidado com os filhos e com a casa, o que leva a jornada contínua de trabalho e com eles o sustento financeiro da família.

Deste modo, o que os autores desejam expressar é que embora a gravidez traga inúmeros riscos para a adolescente, ela não deve ser o motivo, por exemplo, do abandono escolar. Aliás, é fundamental nesta fase que a adolescente continue sua educação, ainda que pareça difícil naquele momento.

3 – METODOLOGIA

O presente trabalho é resultante de uma pesquisa bibliográfica realizada em livros, artigos e documentos referente a gravidez na adolescência. Os autores citados ao longo do referencial teórico foram de grande relevância para a construção dessa pesquisa, uma vez que abordam os conceitos sobre os riscos da gravidez na adolescência e os direitos das gestantes.

Sobre a pesquisa bibliográfica Prodanov afirma que:

É baseada na consulta de todas as fontes secundárias relativas ao tema que foi escolhido para realização do trabalho. Abrange todas as bibliografias encontradas em domínio público como: livros, revistas, monografias, teses, artigos de internet etc. É válido ressaltar que o que é pesquisado para o levantamento do referencial teórico não fará parte da pesquisa propriamente dita, pois o mesmo é a forma de comprovação que seu problema tem fundamento científico. (PRODANOV, 2013, p. 20)

Além da pesquisa bibliográfica, neste trabalho foi realizado um estado da arte a fim de quantificar o número de pesquisas feitas sobre a temática. O estado da arte é um método de pesquisa que se realiza por meio de uma revisão bibliográfica sobre a produção de determinada temática em uma área de conhecimento específica. Essa

revisão busca identificar que teorias estão sendo construídas, quais procedimentos de pesquisa são empregados para essa construção, o que não está em discussão e precisa ser trabalhado, que referenciais teóricos se utilizam para embasar as pesquisas e qual sua contribuição científica e social. Portanto, o objetivo ao utilizar esse método é fazer um levantamento, mapeamento e análise do que se produz considerando áreas de conhecimento, períodos cronológicos, espaços, formas e condições de produção (FERREIRA, 2002).

Algumas características do estado da arte devem ser observadas ao se desenvolver uma pesquisa com esse método, uma delas é o tempo e o espaço em que os estudos analisados foram desenvolvidos. O recorte temporal e espacial nesse método é necessário porque as análises feitas referem-se a concepções e práticas presentes em determinados contextos sociais, políticos, econômicos, culturais etc. Outra característica é o recorte temático, pois serve para definir e delimitar o que se busca mapear, possibilitando aos/as pesquisadores/as ou fazerem análises aprofundadas, ou realizarem um panorama amplo sobre determinados temas. Ambas as características estão relacionadas com o tempo que o/a pesquisador/a terá para fazer os levantamentos e análises, e com a quantidade de colaboradores/as envolvidos no trabalho (FERREIRA, 2002).

Esta pesquisa foi realizada utilizando as palavras-chave “gravidez na adolescência” com os filtros de 2017 a 2022, sendo quantificado apenas os artigos escritos em Português-BR.

O objetivo desta pesquisa foi quantificar o número de estudos desenvolvidos nos últimos 05 anos na Scielo as quais abordassem as principais dificuldades das adolescentes gestante no cenário brasileiro. A partir desse objetivo, foram identificadas 17 pesquisas sobre a temática. Na tabela abaixo está descrito todas as pesquisas identificadas, com título, autores, nome da revista e o ano de publicação.

Título	Autores	Ano	Nome da Revista	Resultados
--------	---------	-----	-----------------	------------

Reincidência de gravidez na adolescência: fatores associados e desfechos maternos e neonatais	Thamara de Souza Campos Assis – Katrini Guidolini Martinelli – Silvana Granado Nogueira da Gama – Edson Theodoro dos Santos Neto	2022	Ciências & Saúde Coletiva	O presente artigo fala a respeito dos fatores que contribuem para a reincidência da gravidez na adolescência, adotando a metodologia de pesquisa bibliográfica, além de trazer dados a respeito do elevado percentual de reincidência de gravidez na adolescência no Brasil.
Adolescentes grávidas que experienciaram o nascimento prematuro: percepções acerca do cuidado pré-natal	Tatiane Montelatto Marques – Bruna de Souza Lima Marski – Bruna Felisberto de Souza – Maria Aparecida Bonelli Marcia Regina Cangiani Fabbro – Monika Wernet	2022	Escola Anna Nery Revista de Enfermagem	Esta pesquisa é de caráter qualitativo e tem a finalidade de conhecer os significados atribuídos ao pré-natal por adolescentes que pariram prematuramente e seus alcances ao parto e nascimento.
Apoio social e resiliência: um olhar sobre a maternidade na adolescência	Bianca Gansauskas de Andrade – Cláudia Alves de Assis – Débora Cristina de Melo Lima – Lucila Faleiros Neves – Leticia	2022	ACTA – Paulista de Enfermagem	Este estudo traz a importância de se compreender sobre a influência do apoio social no processo de resiliência de mães adolescentes. Evidenciaram-

	Aparecida da Silva – Reginalice Cera da Silva – Lislaine Aparecida Fracolli – Anna Maria Chiesa			se questões de gênero e a importância de políticas intersetoriais com foco em mães e pais adolescentes que fortaleçam o apoio social.
Pedagogias da sexualidade: discursos, práticas e (des)encontros na atenção integral à saúde de adolescentes	Jamile Guimarães – Cristiane da Silva Cabral	2022	Pro. Posições	Este estudo é de caráter bibliográfico, e seu principal objetivo é analisar as ações de educação sexual empreendidas por profissionais de saúde em uma unidade básica de saúde e em uma escola pública de um bairro periférico de São Paulo.
Fatores associados à gravidade da COVID-19 em gestantes adolescentes brasileiras: estudo de base populacional	Brenda Katheryne Duarte – Ana Beatriz Henrique Parenti – Milena Temer Jamas – Hélio Rubens De Carvalho Nunes – Cristina Maria Garcia De Lima Parada	2022	Revista Latino – Americana de Enfermagem	Esta pesquisa teve o objetivo de identificar os fatores associados à necessidade de internação em unidade de terapia intensiva em gestantes adolescentes brasileiras com COVID-19.
Gestações na adolescência e adesão à consulta	Ingrid Rosane Pinto – Jéssica	2022		Este trabalho se trata de um estudo transversal

puerperal	Aparecida da Silva – Patrícia Casale Parra – Monika Wernet – Luciana Mara Monti Fonseca – Mariana Torreglosa Ruiz		Revista Latino – Americana de Enfermagem	aninhado a uma coorte de puérperas, com a finalidade de identificar o perfil das gestações e prevalência de adesão à consulta puerperal entre puérperas adolescentes comparadas a não adolescentes, assistidas em um ambulatório de hospital de ensino do interior de Minas Gerais.
Tendência do estado nutricional de gestantes adolescentes beneficiárias do programa de transferência condicionada de renda brasileiro Bolsa Família no período 2008-2018	André Eduardo da Silva Júnior – Mateus de Lima Macena – Laís Gomes Lessa Vasconcelos – Nykholle Bezerra Almeida – Dafiny Rodrigues Silva Praxedes – Isabele Rejane de Oliveira Maranhão Pureza – Nassib	2021	Ciência & Saúde Coletiva	Trata-se de um estudo ecológico que objetivou analisar a tendência do estado nutricional de gestantes adolescentes beneficiárias do programa brasileiro de transferência condicionada de renda, Bolsa Família, no período 2008-2018. Foram avaliados dados secundários de gestantes adolescentes beneficiárias do Programa Bolsa Família no período de janeiro de 2008 a dezembro de 2018.

	Bezerra Bueno – Ana Paula Grotti Clemente			
Prematuridade e gravidez na adolescência no Brasil, 2011-2012	André Henrique do Vale de Almeida – Silvana Granado Nogueira da Gama – Maria Conceição Oliveira Costa – Cleber Nascimento do Carmo – Vanessa Eufrauzino Pacheco – Katrini Guidolini Martinelli – Maria do Carmo Leal	2020	Cadernos de Saúde Pública	Este trabalho tem como objetivo avaliar a associação entre gravidez na adolescência e prematuridade. Os dados são provenientes da pesquisa <i>Nascer no Brasil</i> , inquérito nacional composto por 23.894 puérperas e seus recém-nascidos. As informações foram obtidas por meio de entrevista com a puérpera durante a internação hospitalar.
Tendência temporal e fatores associados à gravidez na adolescência	Mislaine Casagrande de Lima Lopes – Rosana Rosseto de Oliveira – Marcela de Andrade Pereira da Silva – Camila	2020	Revista da Escola de Enfermagem da USP	O objetivo deste estudo é analisar a tendência e os fatores associados à gravidez na adolescência em um município do Paraná.

	Padovani – Nelson Luiz Batista de Oliveira – Ieda Harumi Higarashi			
Proteção à vida e à saúde da gravidez na adolescência sob o olhar da Bioética	Caroline Filla Rosaneli – Natalia Bertani Costa – Viviane Maria Sutile	2020	Physis: Revista de Saúde Coletiva	Este estudo foi realizado com o objetivo de analisar o perfil de adolescentes gestantes e de crianças nas cidades de mães adolescentes no Estado do Paraná, identificando a proteção do direito à vida e à saúde sob o olhar da Bioética. Foi realizado um estudo epidemiológico quantitativo, utilizando-se indicadores da dimensão da saúde a partir de dados da plataforma digital de domínio público

				Cadê Paraná, em março e abril de 2016.
Fatores associados à gravidez em adolescentes de um município do nordeste do Brasil	Yago Tavares Pinheiro – Natália Herculano Pereira – Giane Dantas de Macêdo Freitas	2019	Cadernos de Saúde Coletiva	O estudo objetivou investigar os fatores associados à gravidez na adolescência. Ele aborda temas a respeito da gravidez precoce explicando que se trata de um prevalente problema de saúde pública que impacta na saúde e nas representações sociais da jovem.
Maternidade Adolescente: A Matriz de Apoio e o Contexto de Depressão Pós-Parto	Giana Bitencourt Frizzo – Letícia Wilke Franco Martins – Eduarda Xavier de Lima e Silva – Cesar Augusto Piccinini –	2019	Psicologia: Teoria e Pesquisa	Este estudo investigou as principais figuras de apoio referidas pelas mães adolescentes, evidenciando as possíveis funções atribuídas a

	Angela Maria Polgati Diehl			essas figuras e as diferenças entre mães com e sem indicadores de depressão, de acordo com a Escala de Depressão Pós-parto de Edimburgo (EPDS).
Determinantes do baixo peso ao nascer em filhos de adolescentes: uma análise hierarquizada	Gabriella Pinto Belfort – Marta Maria Antonieta de Souza Santos – Lidiane da Silva Pessoa – Juliana Rebelo Dias – Sonaly Petronilho Heidelbergmann – Cláudia Saunders	2018	Ciência & Saúde Coletiva	Esta pesquisa teve a finalidade de identificar os determinantes do baixo peso ao nascer - BPN, em filhos de adolescentes por meio de abordagem hierarquizada. Estudo transversal com 751 adolescentes atendidas em maternidade pública do Rio de Janeiro. Foram analisados dados sociodemográficos

				os, da assistência pré-natal, condições biológicas e obstétricas maternas.
O desamparo vivenciado por mães adolescentes e adolescentes grávidas acolhidas institucionalmente	Paula Orchiucci Miura – Leila Salomão de La Plata Cury Tardivo – Dora Mariela Salcedo Barrientos	2018	Ciência & Saúde Coletiva	O objetivo deste trabalho foi compreender a experiência emocional decorrente da violência intrafamiliar vivenciadas pelas mães adolescentes e adolescentes grávidas acolhidas institucionalmente. Trata-se de um estudo de caráter exploratório, descritivo e clínico-qualitativo.
Fatores preditores da	Carolina Rodrigues de Oliveira Sousa – Keila Rejane Oliveira	2018		O objetivo deste

evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez	Gomes – Kamila Cristiane de Oliveira Silva – Márcio Dênis Medeiros Mascarenhas – Malvina Thaís Pacheco Rodrigues – Jesusmar Ximenes Andrade – Maria Andréia Brito Ferreira Leal		Ciência & Saúde Coletiva	trabalho é observar os fatores preditores da evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez em Teresina, Piauí.
Repercussão da iniciação sexual na vida sexual e reprodutiva de jovens de capital do Nordeste brasileiro	Thatiana Araújo Maranhão – Keila Rejane Oliveira Gomes – Delvianne Costa de Oliveira – José Machado Moita Neto	2017	Ciência & Saúde Coletiva	Com esta pesquisa objetivou-se analisar a repercussão da iniciação sexual de jovens com antecedentes obstétricos no número de gestações e de parceiros, em Teresina (PI). Trata-se de estudo seccional, realizado com 464 jovens selecionadas

				<p>por amostragem acidental, que finalizaram uma gravidez quando tinham idade de 15 a 19 anos, no primeiro quadrimestre de 2006, em seis maternidades do município.</p>
<p>Fatores associados à variação espacial da gravidez na adolescência no Brasil, 2015: estudo ecológico de agregados espaciais</p>	<p>Thiago Luis Cardoso Nascimento – Camila Silveira Silva Teixeira – Marília Santos dos Anjos – Maria de Souza Menezes – Conceição Nascimento Costa – Marcio Santos da Natividade</p>	<p>2021</p>	<p>Epidemiologia e Serviços de Saúde</p>	<p>O objetivo deste trabalho é identificar determinantes socioeconômicos e de atenção à saúde na variação espacial da gravidez na adolescência.</p>

4 – RESULTADO E DISCUSSÕES

Dos problemas destacados foram desenvolvidos a cerca da prematuridade na gravidez precoce, a educação sexual e o planejamento familiar, onde o planejamento familiar é de necessária importância na formação dos adolescentes, para que venha evitar diversas situações indesejadas. Sendo assim, esse trabalho mostra a que é de grande relevância que se preste uma atenção de promoção a saúde de adolescentes, e ainda, salienta que os profissionais da saúde são os de maior responsabilidade para levar e abordar os temas juntamente com os profissionais da educação, buscando promoção e prevenção para todos os envolvidos, com intuito de diminuir os casos e agravos gerados pela gravidez na adolescência. As adolescentes passam por diversas mudanças mentais e corporais, o que pode gerar uma distorção de imagem e vim gerar uma depressão pós parto, como discutido no presente estudo.

Observa-se que a prevalência da gravidez na adolescência ainda é grande, mesmo já havendo algumas discussões sobre o assunto, mas, vale salientar que muita coisa ainda deve ser colocada em prática, assim como a educação sexual, para que venha ser disseminadas informações a cerca das causas e consequências da desinformação e acessibilidade das mesmas, onde muitos dos ocorridos são gerados pela falta de informação necessária.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa levantada, nota-se as dificuldades vivenciadas pelas estudantes no processo de maternidade, como as mudanças na sua rotina diária e a falta de preparo para os cuidados com o bebê. Fica claro que o evento da maternidade proporciona a estudante a chance de pensar na continuidade da sua escolarização como um projeto de vida para contribuir com sua qualidade de vida e de sua criança.

É importante destacar a relevância da participação da família nesse processo, uma vez que as adolescentes terão a possibilidade de vivenciar a experiência da

maternidade com a possibilidade de integração entre as instituições que elas frequentam, reforçando sua rede de apoio.

O estado da arte utilizado neste trabalho foi de suma importância para a elaboração desta pesquisa, uma vez que faz referência ao que já se tem descoberto sobre o tema gravidez na adolescência, evitando que se perca tempo com investigações desnecessárias. Além disso, auxilia na melhoria e desenvolvimento de novos trabalhos.

Todavia, não há muitas pesquisas relacionadas com o tema da gravidez na adolescência, por este modo, nota-se a relevância da produção de mais trabalhos nesta área, considerando que aborda uma temática extremamente importante para a sociedade em geral.

Conclui-se assim que, é de enorme relevância o que o presente estudo traz a cerca da busca de conhecimento e informações a respeito do tema abordado, o qual irá contribuir para ampliar o entendimento sobre a gravidez na adolescência e seus riscos, tornando-se assim um subsídio para que os profissionais de saúde, promovendo maiores assistências e disseminando informações que venha ajudar a nível social e profissional sobre o tema descrito.

9 – REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. C. **Gravidez na Adolescência e Escolaridade:** Um estudo em três capitais brasileiras.- 174f. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia. Instituto de Saúde Coletiva, 2008.

ALBUQUERQUE, S. A. X. A.; NOBREGA, S. M.; COUTINHO, M. P. L., **Representações Sociais de Adolescentes Grávidas sobre a Gravidez na adolescência.** Psicologia & Sociedade, João Pessoa, v. 24, n. 3, p. 588-596, 2012.

AGUIAR, R.A.L.P. **Gravidez na adolescência.** In: CORRÊA, M.D. Noções práticas de obstetrícia. Belo Horizonte: Coopmed, 1994.

AGUIAR, W. M. J; BOCK, A. M. B.; OZELLA, S. **A orientação profissional com adolescentes:** um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. In: BOCK, A. M.

B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (orgs.). *Psicologia sócio-histórica – uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001.

ARAUJO SILVA, A. C. et al. **Fatores de risco que contribuem para a ocorrência da gravidez na adolescência: revisão integrativa da literatura**. *Revista cuidar*, Senhor do Bonfim, v. 4, n. 1, p. 531-539, 2013.

BELO, M. A. V.; SILVA, J. L. P. **Conhecimento, atitude e prática sobre métodos anticoncepcionais entre adolescentes gestantes**. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 479-487 ago. 2004.

BARRETO, M. M. M., Gomes, A. M. T., Oliveira, D. C. de, Marques, S. C., & Peres, E. M. (2011). **Representação social da gravidez na adolescência para adolescentes grávidas**. *Rev Rene*, 12(2). <http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/4226>.

BRASIL, Programa Saúde do Adolescente. Bases Programáticas. **Secretaria Executiva coordenação da Saúde da Criança e do Adolescente**. 2ª edição. Brasília: Ministério da Saúde, 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Marco teórico e referencial: **saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2007.56 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>. Acesso: 22 out 2022.

BASMAGE, D.F. A. T. **A constituição do sujeito adolescente e as apropriações da internet : uma análise histórico-cultural**. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2010.

BRUNO, Z. V. et al. **Reincidência de gravidez em adolescentes**. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, v.31, n.10, p.480-484, out. 2009.

BOCK, A. M. B. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 24, n. 62, p. 26-43, abr. 2004.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. Saraiva: São Paulo, 2001.

CARVALHO, M. B.; MATSUMOTO, L. S. **Gravidez na adolescência e a evasão escolar**: Escola Estadual Sagrada Família, Siqueira Campos; Universidade Estadual do Norte do Paraná, Campus Luiz Meneghel, 2009.

COIMBRA, C. C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. **Subvertendo o conceito de adolescência**. In: Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005.

CONTINI, M. L. J.; KOLLER, S. H. **Adolescência e psicologia**: concepções, práticas e reflexões críticas. Rio de Janeiro. Conselho Federal de Psicologia, 2002.

DIAS ACG, Teixeira MAP. **Gravidez na adolescência**: um olhar sobre um fenômeno complexo. Revista Paidea, Ribeirão Preto. 2010.

DINIZ E, KOLLER HS. **Fatores associados à gravidez em adolescentes brasileiros de baixa renda**. Paidéia (Ribeirão Preto), 2012; 22(53):305-14.

EISENSTEIN, E. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Revista Adolescência & Saúde** volume 2. nº 2. Junho, UERJ, 2005.

FERREIRA, N.; NELAS, P. B. Adolescência. Adolescentes. **Revista Millenium**. 32: 141-162.2006.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. Educação & Sociedade, São Paulo, ano 23, n. 79, p.257-272, ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf> Acesso em out 2022.

GASPARIN, J. L.; ANTONIO, R. M. **Teoria histórico-cultural e pedagogia histórico-crítica**: o desafio do método dialético na didática. Programa de desenvolvimento Educacional, PDE: Maringá: 2008.

GLÊDES, M., Gurgel, I., Dalva, M., Alves, S., Rejane, E., Moura, F., Neyva Da Costa Pinheiro, P., Maria, R., & Rego, V. (2010). Desenvolvimento De Habilidades: **estratégia de promoção da saúde e prevenção da gravidez na adolescência** Title: Skills development: strategy for health promotion and prevention of pregnancy in adolescence. RevGaúchaEnferm, 31(4), 640–646.

KOSHINO, I. L. A. **Vygotski: desenvolvimento do adolescente sob a perspectiva do materialismo histórico e dialético**. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina, 2011.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **O Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**. Brasília - DF: IBPS. 1991.

MACHADO NO, et al. Características socio-demográficas e reprodutivas de adolescentes atendidas no pós-parto no Instituto da Criança da Universidade de São Paulo. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, 2017;17(3):1-7.

MOREIRA, T. M. M. et al. **Conflitos vivenciados pelas adolescentes com a descoberta da gravidez**. Revista escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 312-320, 2010.

MOTA RS. **História oral de adolescentes grávidas em situação de violência doméstica**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016; 94p.

MELO, M. C. P.; COELHO, E. A. C. Integralidade e cuidado a grávidas adolescentes na Atenção Básica, 2008. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 5, p.2549-2558, 2011.

MELO J, et al. **Gravidez na adolescência**: realidade e repercussões sobre atividade sexual. INTENSA, 2015; 9(2):16- 22.

OZELLA. S.; AGUIAR. W. M. J. de; **Desmistificando a concepção de adolescência**. In: Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 133, p. 97-125, jan./abr. 2008.

PANICALI MP. **Gravidez na Adolescência e Projeto de vida**: Como as adolescentes concebem seu projeto de vida após a ocorrência da gravidez. Trabalho de conclusão de curso – TCC (Curso de Psicologia - graduação). Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2006. Acesso em: 03 set. 2022.

PADILHA, M. A. S. **As representações sociais da evasão escolar para mães adolescentes**: contribuição para a enfermagem. Pelotas, 2011. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Enfermagem. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2011.

PIROTTA, K. C. M.; SCHOR, N. **Intenções reprodutivas e práticas de regulação da fecundidade entre universitários**. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 495-502, ago. 2004.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo, RS: Feevale, p. 20, 2013.

QUEIROZ, Maria Veraci Oliveira et al. **Grupo de gestantes adolescentes**: contribuições para o cuidado no pré-natal. Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 37, 2017.

RIBEIRO, V., Ribeiro, V. C. da S., Nogueira, D. L., Assunção, R. S., Silva, F. M. de R. e, &Quadros, K. A. N. (2016). **Papel do enfermeiro da estratégia de saúde da família na prevenção da gravidez na adolescência.** Revista de Enfermagem Do Centro-Oeste Mineiro, 0(0). <https://doi.org/10.19175/recom.v0i0.881>

RIBEIRO, S. R. T. **Percepção da pressão de pares na tomada de decisão dos adolescentes.** Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia. UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE PSICOLOGIA, 2011.

RIBEIRO, L. C. A. **Gravidez na adolescência e seus aspectos biológicos e psicossociais:** uma revisão bibliográfica. 2011. 32 f. Monografia (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família) - Faculdade de Medicina, Núcleo de Educação em Saúde Coletiva, Universidade Federal de Minas Gerais, Formiga, 2011.

RODRIGUEZ, YAMISEL FEBLES. **Gravidez na adolescência.** 2010.

ROHR. D. R.; SCHWENGBR. M.S.V. A Escola e “AsBarrigas”. In: **Revista Contexto e Educação.** Ano 28. n. 90. Maio/Ago. p. 183-206. 2013

SANTOS, A.; CARVALHO, C. V. **Gravidez na adolescência:** um estudo exploratório. Online Brazilian Journal of Nursing, v. 5, p. 686, 2006.

SANTOS EPR, Escobar EMA. **Gravidez na adolescência: qual o risco para o recém-nascido?.** Ver Enferm UNISA 2000; 1: 87-9.

SANTOS.M.A. R; SANTOS. C.A.F; SERIQUE.N.S. **Estado da Arte: Aspectos históricos e fundamentos teórico-metodológicos.** Revista Pesquisa Qualitativa, São Paulo SP, v.8, n° 17, p 202-220. ago. 2020. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/215>. Acesso: 19 jun.2022.

SCHWANKE, M., & Pinto, A. B. (2011). **A percepção dos adolescentes residentes no município de Alto Bela Vista - SC sobre gravidez na adolescência.** ÁGORA: Revista de Divulgação Científica, 16(2(A)). <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:WbFXnlmQzWcJ:www.periodicos.unc.br/index.php/agora/article/viewFile/106/184+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

SILVA, V. C.; BARBIERI, M.; APERIBENSE, P. G. G. S.; SANTOS, C. R. G. C. **Gravidez na adolescência em unidades de saúde pública no Brasil:** revisão integrativa da literatura. Revista Adolescência & Saúde. UERJ. v. 7, n. 4, out/dez. 2010.

SQUIZZATTO, E. P. S; HERCULANO, L. R. F. **Gravidez na adolescência e o Serviço Social.** In: Revista Saber Acadêmico, [s. v], n. 16, 2013.

VALENTIM, T. G. S. (2018). **Impacto da gravidez na adolescência nos resultados perinatais**: uma revisão integrativa. In Monografia – Universidade Federal do Maranhão (p. 58).

VIGOTSKI, L.S. **Psicologia da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WHO - World Health Organization. (2011). **Adolescent pregnancy**. Disponível em: http://www.who.int/maternal_child_adolescent/topics/maternal/adolescent_pregnanc. Acesso em: 05 out 2022.